

Amílcar Cabral: Libertador, teórico e educador

Via [Liberation School](#)

Amílcar Lopes da Costa Cabral nasceu em 12 de setembro de 1924 em Bafatá, Guiné-Bissau, uma das colônias africanas de Portugal. Em 20 de janeiro de 1973-48 anos atrás, hoje, Cabral foi morto por assassinos fascistas portugueses poucos meses antes do movimento de libertação nacional no qual desempenhou um papel central, conquistando a independência da Guiné-Bissau.

Esta luta particular foi travada para a libertação não apenas de um país – Guiné-Bissau, onde a luta ocorreu – mas também de outra região geograficamente separada, o arquipélago de Cabo Verde. Cabral e os outros líderes do movimento entenderam que estavam lutando em uma luta anti-colonial maior e uma guerra de classes global e, como tal, que seus inimigos imediatos não eram apenas os governos coloniais de países particulares, mas o colonialismo português em geral. Durante 500 anos, o colonialismo português foi construído sobre o comércio de escravos e a pilhagem sistemática de suas colônias africanas: Moçambique, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola, e Cabo Verde.

Apesar do foco mundial na luta no Vietnã na época, o dinamismo inspirador da campanha travada na Guiné-Bissau se uniu com a figura de Cabral – capturando a atenção internacional. Na introdução a uma coleção inicial de escritos e discursos de Cabral, Basil Davidson (1979) descreve Cabral como alguém que expressou um genuíno “interesse duradouro por tudo e por todos que vieram a seu caminho” (x).

Como tantos líderes revolucionários, Cabral era “amado e seguido” porque “era de grande coração” e “dedicado ao

progresso de seu povo” (xi). Devido à sua liderança e brilhantismo, “os governos pediram seu conselho” e “as Nações Unidas lhe deram sua plataforma”. Por mais merecido que fosse, Cabral nunca cedeu a este elogio e, em vez disso, concentrou-se unicamente em seu compromisso com a libertação e autodeterminação da classe trabalhadora e oprimida do mundo.

A colonização portuguesa da Guiné-Bissau foi apoiada pela Espanha, pela África do Sul, pelos Estados Unidos e pela OTAN. Resumindo o poder imperialista comum empunhado por Portugal num relatório sobre o status de sua luta Cabral (1968a) elabora:

“Nos campos básicos da economia, finanças e armas, que determinam e condicionam o comportamento político e moral real dos Estados, o governo português pode contar mais do que nunca com a ajuda efetiva dos aliados da OTAN e outros. Qualquer pessoa familiarizada com as relações entre Portugal e seus aliados, nomeadamente os EUA, a Alemanha Federal e outras potências ocidentais, pode ver que esta ajuda (econômica, financeira e em material de guerra) está constantemente aumentando, nas mais diversas formas, aberta e encoberta. Jogando habilmente sobre as contingências da guerra fria, em particular sobre a importância estratégica de sua própria posição geográfica e a das ilhas dos Açores, concedendo bases militares aos EUA e à Alemanha Federal, hasteando alto a falsa bandeira da defesa da civilização ocidental e cristã na África, e submetendo ainda mais os recursos naturais das colônias e a própria economia portuguesa aos grandes monopólios financeiros, o governo português conseguiu garantir durante o tempo necessário a assistência que recebe das potências ocidentais e de seus aliados racistas na África Austral”.

Apesar do imenso poder de seus inimigos, prevaleceu a luta liderada pela relativamente pequena população da Guiné-Bissau, permanecendo até hoje um farol de inspiração.

Como resultado de seu papel como líder do movimento de libertação nacional por aproximadamente 15 anos, Cabral havia se tornado um teórico amplamente influente da descolonização e da re-Africanização aplicada de forma criativa e não-determinista. O educador crítico de renome mundial Paulo Freire (2020), em uma apresentação de 1985 sobre suas experiências na Guiné-Bissau liberada como uma espécie de consultor militante, conclui que Cabral, junto com Che Guevara, representa “duas das maiores expressões do século XX” (171). Freire descreve Cabral como “um marxista muito bom, que fez uma leitura africana de Marx” (178). Cabral, para Freire, “viveu plenamente a subjetividade da luta”. Por esta razão, ele teorizou”, como ele liderou (179).

Embora não plenamente reconhecido no campo da educação, a teoria e a prática decolonial de Cabral também afiou e influenciou a trajetória do pensamento de Freire (1921-1997). Através do processo revolucionário liderado por Cabral, a Guiné-Bissau tornou-se líder mundial em formas decoloniais de educação, o que moveu Freire profundamente.

Ou seja, devido ao processo vil do colonialismo português, que incluiu séculos de des-Africanização, a re-Africanização, através de formas de educação decoloniais, foi uma característica central da luta anti-colonial pela autodeterminação.

A unidade dialética de Cabral, construindo o Partido, e a “Arma da Teoria”.

Cabral engajou o mundo dialecticamente. Como teoria de mudança, a dialética tem estado no centro do pensamento revolucionário desde Marx e Engels. Cabral empunhava-a com precisão. Compreendendo dialeticamente como as forças sociais concorrentes que impulsionam o desenvolvimento histórico são frequentemente ocultas ou mistificadas, Cabral se destacou em descobri-las, e no processo, mobilizou com sucesso as massas servindo como alavanca da mudança.

Cabral sabia que as pessoas não só devem entender abstratamente a interação das forças por trás do desenvolvimento da sociedade, mas devem forjar uma prática anticolonial que concreta, coletiva e criativamente se veja como uma dessas forças. Para isso, porém, as massas tinham que ser organizadas e representadas por um partido.

Em 1956, Cabral ajudou a fundar o Partido Africano para a Independência (PAI), que mais tarde se tornou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). O PAIGC foi o primeiro partido comunista da Guiné-Bissau e Cabo Verde, e sua fundação foi um feito monumental e inspirador.

Em *A Arma da Teoria*, discurso de 1966 em Havana, Cabral articulou a inseparabilidade da libertação nacional e do socialismo, dizendo aos participantes que “em nossa atual situação histórica – eliminação do imperialismo que usa todos os meios para perpetuar sua dominação sobre nossos povos, e consolidação do socialismo em grande parte do mundo – existem apenas dois caminhos possíveis para uma nação independente: voltar à dominação imperialista (neocolonialismo, capitalismo, capitalismo de estado), ou tomar o caminho do socialismo”.

Cabral teve que construir o partido e sua indispensável cultura de disciplina militante a partir do zero. A capacidade de Cabral de encontrar os novos membros do partido onde eles estavam como co-aprendizes fala de seu papel como pedagogo da revolução. Entregue como uma série de nove palestras aos membros do PAIGC em 1969, Cabral (1979) cobre os fundamentos da revolução, incluindo sua organização. Ele descreve o PAIGC como um partido da tradição leninista, referindo-se a ele como “um instrumento de luta” composto por aqueles que “compartilham uma determinada idéia, um determinado objetivo, em um determinado caminho” (85).

É claro que as crises revolucionárias não emergem somente da correção das ideias, mas são impulsionadas pela deterioração das condições econômicas, e por uma crise na legitimidade do

Estado e em sua capacidade de atender às necessidades dos povos. Nos anos 40, houve várias secas que deixaram dezenas de milhares de cabo-verdianos mortos. A barbárie e a resposta indiferente de Portugal, situada no contexto da crescente pobreza e sofrimento dentro de suas colônias africanas, começou a alienar até mesmo os estratos mais privilegiados do Estado colonial.

O que fez de Cabral um dos grandes líderes comunistas da história, fora do momento histórico maior que proporcionou uma saída para seus talentos, foi sua flexibilidade tática teoricamente informada, que era essencial para um equilíbrio de forças em constante mudança. Em outras palavras, a tomada de decisões no meio da luta é reforçada pela teoria e organização, o que permite a capacidade de compreender rapidamente as implicações imediatas e de longo prazo do cálculo de mudança de poder.

Por exemplo, em 1957 em Paris, Cabral e dois angolanos formaram o Movimento Anti-Colonialista dos africanos das colônias portuguesas durante a Guerra da Argélia. Os três, em Angola, passariam a formar o Movimento Popular de Libertação de Angola. O que se desenvolveu foi uma das lutas anticoloniais mais duras da África.

É justo que em suas observações iniciais, na primeira das nove apresentações de 1969 aos membros do partido, Cabral escolhesse como seu local de partida uma explicação do “lema” ou “tema” do PAIGC, a frase “unidade e luta” (28). Definindo o conceito de unidade dialeticamente, Cabral insiste que “quaisquer que sejam as diferenças existentes” dentro do povo, “devemos ser um, um todo, para atingir um determinado objetivo”. Isto significa que em nosso princípio, a unidade é tomada em um sentido dinâmico, em movimento” (28-29).

A ideia de que a unidade é um movimento e um processo de composição significa que ela é “um meio, não um fim”. Podemos ter lutado um pouco pela unidade, mas se a alcançarmos, isso

não significa que a luta tenha terminado” (31). O papel do Partido aqui “não é necessário para unir toda a população para lutar em um país”. Temos certeza de que toda a população está unida? Não, um certo grau de unidade é suficiente. Uma vez alcançado, então podemos lutar” (31).

Para explicar a luta, Cabral compara-a à tensão entre a força centrífuga e a gravidade. Como exemplo concreto, Cabral observa que para que uma nave espacial deixe a Terra, ela deve superar a força da gravidade. Cabral então caracteriza o colonialismo português como uma força externa imposta ao povo e somente através da força combinada do povo unido é que a força do colonialismo pode ser superada.

No discurso, Cabral teorizou a natureza dialética do movimento e da mudança focalizando especificamente em como a luta anti-imperialista deve emergir das condições concretas de cada movimento de libertação nacional.

“Sabemos que o desenvolvimento de um fenômeno em movimento, qualquer que seja sua aparência externa, depende principalmente de suas características internas”. Sabemos também que, no plano político, nossa própria realidade – por mais fina e atraente que seja a realidade dos outros – só pode ser transformada pelo conhecimento detalhado da mesma, por nossos próprios esforços, por nossos próprios sacrifícios”. É útil lembrar neste encontro tricontinental, tão rico em experiência e exemplo, que por maior que seja a semelhança entre nossos diversos casos e por mais idênticos que sejam nossos inimigos, a libertação nacional e a revolução social não são commodities exportáveis; são, e cada vez mais a cada dia, o resultado da elaboração local e nacional, mais ou menos influenciada por fatores externos (sejam favoráveis ou desfavoráveis), mas essencialmente determinada e formada pela realidade histórica de cada povo, e levada ao sucesso pela superação ou solução correta das contradições internas entre as diversas categorias que caracterizam esta realidade”.

Cabral sabia que para derrotar o colonialismo português na Guiné-Bissau, a luta de libertação não poderia simplesmente reproduzir as táticas de lutas de outros contextos, como Cuba. Ao contrário, cada luta em particular tem que basear suas táticas em uma análise das especificidades de seu próprio contexto. Por exemplo, embora reconhecendo o valor dos princípios gerais delineados por Guevara em sua Guerra de Guerrilha, Cabral (1968b) comentou que “ninguém comete o erro, em geral, de aplicar cegamente a experiência dos outros a seu próprio país”. Para determinar as táticas de luta em nosso país, tivemos que levar em conta as condições geográficas, históricas, econômicas e sociais de nosso próprio país, tanto na Guiné como em Cabo Verde”.

Respondendo ao argumento de Guevara, com base na experiência de Cuba, de que as lutas revolucionárias passam por três fases ou etapas pré-determinadas, Cabral afirmou:

“Em geral, temos certas reservas quanto à sistematização dos fenômenos. Na realidade, os fenômenos nem sempre se desenvolvem na prática, de acordo com os esquemas estabelecidos. Admiramos muito o esquema estabelecido por Che Guevara essencialmente com base na luta do povo cubano e outras experiências, e estamos convencidos de que uma análise profunda desse esquema pode ter uma certa aplicação em nossa luta. Entretanto, não estamos completamente certos de que, de fato, o esquema é absolutamente adaptável às nossas condições”.

A avaliação de Cabral também foi informada pela percepção dialética de que as condições em qualquer país não se desenvolvem em um vácuo não afetado por forças externas. Não só as condições em Portugal, o país-mãe imperial, estavam se deteriorando, alterando o equilíbrio das forças em favor dos movimentos de libertação nacional em suas colônias africanas, mas o surgimento destas lutas coincidiu com a revolução bem sucedida na China em 1949.

Consciente desta totalidade dialética maior, que aponta para a interconexão entre partes aparentemente separadas e não relacionadas, Cabral promoveu conscientemente a solidariedade com a classe trabalhadora de Portugal. Representando os povos indígenas colonizados da Guiné-Bissau, Cabral alcançou com sucesso os oprimidos de Portugal em solidariedade contra seu inimigo de classe comum, a fascista classe capitalista/colonialista portuguesa.

Com a teoria dialética e o espírito de unidade anticolonialista e anti-capitalista, as forças revolucionárias na Guiné-Bissau liberaram rotineiramente os prisioneiros de guerra portugueses. Cabral (1968c) usou tais ocasiões para fazer declarações públicas destinadas a educar e conquistar a classe trabalhadora perseguida de Portugal para desviar o equilíbrio de poder do estado fascista de Portugal.

Cabral falou diretamente aos 20.000 recrutas portugueses exortando-os a considerar seus interesses de classe acima e além do chauvinismo nacional que sua classe dominante os alimentava.

“No marco de nossa luta pela independência nacional, pela paz e pelo progresso de nosso povo na Guiné e nas Ilhas de Cabo Verde, a libertação dos soldados portugueses capturados por nossas forças armadas foi tanto necessária quanto previsível. Este gesto humanitário, cujo significado político não escapará a ninguém, é o corolário de um princípio fundamental de nosso partido e de nossa luta. Não estamos lutando contra o povo português, contra indivíduos ou famílias portuguesas. Sem nunca confundir o povo português com o colonialismo, tivemos que pegar em armas para eliminar de nossa pátria o vergonhoso domínio do colonialismo português”.

No centro desta mensagem, Cabral (1968c) ofereceu visões a respeito do tratamento terrível não só dos prisioneiros de guerra na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, mas também da população civil:

“Os membros de nossas forças armadas capturados pelas tropas coloniais são geralmente submetidos a uma execução sumária. Outros são torturados e forçados a fazer declarações que as autoridades coloniais utilizam em sua propaganda. Em sua tentativa vã, mas ainda assim criminosa de genocídio, os colonialistas portugueses realizam diariamente atos de terrorismo contra os pacíficos habitantes de nossas áreas libertadas, particularmente contra mulheres, crianças e idosos; eles bombardeiam e metralham nosso povo, reduzindo nossas aldeias a cinzas e destruindo nossas plantações, usando bombas de todo tipo e, em particular, bombas de fragmentação, bombas de napalm e bombas de fósforo branco”.

A libertação dos portugueses estava ligada à libertação das colônias africanas de Portugal. Se a classe dominante portuguesa começasse a perder o controle na África, ela também poderia cair em Portugal, e se caísse em Portugal, cairia na África.

Em vez de uma posição teórica trabalhada de forma abstrata e isolada, ela foi formulada praticamente. Tinha resultados sérios e determinantes. Os oficiais portugueses recusaram ordens para lutar na África, e alguns formaram um Movimento das Forças Armadas que apoiava as exigências de independência.

Os soldados portugueses lideraram uma rebelião contra o fascismo em casa, que acabou com mais de 40 anos de domínio fascista. Isso abriu as portas para um surto popular que quase reclamou o poder dos trabalhadores portugueses. Estas convulsões sociais no centro imperial, por sua vez, facilitaram a independência das colônias africanas de Portugal.

A desfrancização e a resistência anti-colonial

A pequena região da África Ocidental que os portugueses reivindicariam como Guiné-Bissau continha mais de uma dúzia de grupos étnicos distintos. Os escravistas trabalhavam

incansavelmente para costurar divisões entre eles. Essas divisões permitiram aos escravistas alistar um grupo para facilitar a escravidão de outros. Esta divisão antiafricana lançaria as bases para séculos de desafricanização.

Descrevendo o papel da educação colonial nesta violência epistêmica Walter Rodney (1972/2018), em seu texto clássico, *How Europe Underdeveloped Africa*, explica que, “os portugueses...sempre demonstraram desprezo pela língua e religião africana” (304). Enquanto as escolas secundárias foram estabelecidas para os colonos, a educação além de dois ou três anos de escola primária para os africanos era rara. Consequentemente:

“As escolas de nível pré-escolar e primário para os africanos nas colônias portuguesas não passavam de agências para a difusão da língua portuguesa...A pequena parte da educação dada aos africanos se baseava na eliminação do uso das línguas locais”. (304)

A devastação de tais práticas reflete relatos de que os colonos europeus com explorações coloniais africanas menores, como Portugal, estavam entre os mais desesperados e, portanto, mais cruéis em seus esforços para manter suas ocupações. Consequentemente, a resistência indígena ao colonialismo português foi tão difundida por tantos séculos que o domínio colonial foi sempre limitado a regiões específicas. Em outras palavras, as forças coloniais nunca foram completamente capazes de conquistar o que equivale ao poder estatal da indigeneidade.

Portanto, não é surpreendente que os portugueses não fossem capazes de confiar apenas na violência estatal para o controle social, mas exigissem também uma intensa manipulação ideológica. A tentativa de erradicar as línguas e culturas indígenas foi crucial. Para estes fins, as autoridades coloniais propagaram um discurso hipócrita que afirmava que suas colônias eram parte integrante da metrópole ou do

continente, ao mesmo tempo em que as exploravam brutalmente.

Portugal fascista e a luta

A brutalidade com que a classe governante portuguesa administrou suas colônias africanas acabaria sendo dirigida a sua própria classe trabalhadora com uma virada fascista em 1926. Rodney (1972/2018) explica que “quando a ditadura fascista foi inaugurada em Portugal em 1926, ela se inspirou no passado colonial de Portugal” (244).

O declínio do capitalismo português que deu lugar ao fascismo português só se deterioraria com a crise capitalista global dos anos 30. Conseqüentemente, o desespero da classe capitalista portuguesa se intensificou. Por exemplo, quando Salazar tornou-se ditador de Portugal em 1932, ele declarou que o “novo” Estado português seria construído a partir da exploração dos “povos inferiores” (citado em Rodney, 244).

Enquanto a classe dominante francesa havia passado para o neocolonialismo em 1960, o declínio de Portugal ainda o havia tornado amplamente retrógrado e feudalista. Por desespero, Portugal tornou-se ainda mais dependente da exploração impiedosa dos povos não apenas em suas propriedades coloniais, mas dentro de seu próprio território nacional.

Os líderes fascistas portugueses, portanto, empregando formas cada vez mais violentas de controle social, rejeitaram as exigências africanas de autodeterminação. Em resposta à crescente onda de movimentos de libertação nacional em suas colônias africanas, o establishment português enviou forças armadas para reprimir a luta. Em vez de se acovardar diante do fascismo português e da deterioração geral das condições, os movimentos de libertação nacional cresceram e se espalharam.

Relações com a China

Após o estabelecimento do PAIGC, Cabral se estabeleceu na capital da Guiné, Conacri. Cabral chegou imediatamente à

embaixada da China na Guiné em 1960.

Desde o surgimento da República Popular da China (RPC) em 1949, a China estabeleceu um claro compromisso com os movimentos anti-coloniais na África. Por exemplo, em 1955, na Conferência de Bandung, da qual participaram 29 países africanos, a China estabeleceu princípios de política externa baseados no apoio ao direito das nações oprimidas à autodeterminação. Em 1957, a China organizou a Conferência de Solidariedade Afro-Asiática e em 1960 fundou a Associação Popular de Amizade China-África, na qual Cabral participou entusiasticamente.

Cabral e outros líderes do PAIGC tornaram-se convidados regulares na embaixada chinesa em Conacri. Em 1960, o PAIGC recebeu um convite do Comitê Chinês de Solidariedade Afro-Asiática para visitar a China. Uma delegação do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) também foi convidada. Durante esta visita, a China concordou em utilizar suas academias militares para treinar combatentes tanto do PAIGC quanto do MPLA.

O treinamento incluiu instrução em guerrilha, a história da revolução chinesa e da revolução agrária e a teoria socialista. O primeiro grupo treinado na China serviria como núcleo embrionário de combate do PAIGC.

Como resultado da liderança e diplomacia de Cabral, a China surgiria como um dos primeiros apoiadores da Guiné-Bissau na fase inicial de sua luta pela independência. A China forneceu ao PAIGC uma grande diversidade de apoio, do armamento à transmissão de mensagens de rádio de assistência denunciando os crimes regulares e horríveis dos militares portugueses na Guiné-Bissau. Com o apoio da China, por um lado, e a brutalidade portuguesa, por outro, a luta anti-colonial se intensificou entre 1963 e 1974.

Anti-colonialismo e decolonialidade

Uma parte importante da realização do movimento de libertação nacional implicou em saber que questões organizar ao redor.

Com base em seu íntimo entendimento da singularidade da situação agrícola em seu país, Cabral sabia que a principal questão econômica que a maioria da população camponesa enfrentava não era o acesso à terra, como era o caso em outras colônias. Ao contrário, a questão era de acordos comerciais insustentáveis que eram particularmente devastadores dada a insistência colonial em não cultivar para sustento, mas para exportação através da produção de uma única cultura.

A demanda por direitos culturais e políticos diante do colonialismo fascista português foi outra demanda que repercutiu amplamente.

Cabral concentrou-se nos desenvolvimentos políticos necessários para a construção de um movimento unido de libertação nacional. Em suas formulações, ele argumentou que a luta armada estava intimamente interligada com a luta política, que eram ambas parte de uma luta cultural maior.

As formulações marxistas de Cabral sobre cultura foram importantes para a luta maior e para a resistência à educação colonial. Ele reconheceu que fascistas e imperialistas estavam bem cientes “do valor da cultura como fator de resistência à dominação estrangeira”, o que forneceu uma estrutura para entender que a subjugação só pode ser mantida “pela repressão permanente e organizada da vida cultural do povo” (1979, 139).

A resistência, para Cabral, é também uma expressão cultural. O que isto significa é que “enquanto parte desse povo puder ter uma vida cultural, a dominação estrangeira não pode estar certa de sua perpetuação”. Nesta situação então, “em um determinado momento, dependendo de fatores internos e externos... a resistência cultural... pode assumir novas formas (políticas, econômicas e armadas), a fim de... contestar a dominação estrangeira” (140). Na prática, as culturas

indígenas ainda vivas que lideraram séculos de resistência anticolonial se fundiriam organicamente com os movimentos de libertação política e nacional e socialista, e emergiriam de dentro deles.

Na prática, Cabral promoveu o desenvolvimento da vida cultural do povo. Escrito como diretriz para o quadro do PAIGC em 1965, Cabral incentivou não apenas um esforço militar mais intenso contra os portugueses, mas um esforço educacional mais intenso em áreas libertadas da Guiné-Bissau. Mais uma vez, enquanto o movimento de libertação nacional/anti-colonial e o processo educacional de descolonização do conhecimento são muitas vezes apresentados falsamente como distintos ou mesmo antagônicos, Cabral os conceituou como dialeticamente interrelacionados:

“Criar escolas e difundir a educação em todas as áreas liberadas”. Selecionar jovens entre 14 e 20 anos, aqueles que tenham completado pelo menos o quarto ano, para treinamento adicional. Opor-se sem violência a todos os costumes prejudiciais, aos aspectos negativos das crenças e tradições de nosso povo. Obrigar cada membro responsável e educado do nosso Partido a trabalhar diariamente para a melhoria de sua formação cultural”.

Uma parte central do desenvolvimento desta consciência revolucionária foi o processo de re-Africanização. Não se tratava de um chamado para voltar ao passado, mas de uma forma de recuperar a autodeterminação e construir um novo futuro no país.

“A oposição entre os jovens, especialmente aqueles com mais de 20 anos, a mania de deixar o país para estudar em outro lugar, a ambição cega de adquirir um diploma, o complexo de inferioridade e a ideia equivocada que leva à crença de que aqueles que estudam ou fazem cursos se tornarão assim privilegiados em nosso país amanhã”.

Ao mesmo tempo, Cabral se opôs a fomentar a má vontade

daqueles que tinham estudado ou que desejavam estudar no exterior. Ao contrário, Cabral encorajou uma pedagogia de paciência e compreensão como a abordagem correta para conquistar as pessoas e fortalecer o movimento.

Esta é uma razão pela qual Freire (1978) descreve Cabral como um daqueles “líderes sempre com o povo, ensinando e aprendendo mutuamente na luta de libertação” (18). Como pedagogo da revolução, para Freire, a “preocupação constante” de Cabral era a “paciente impaciência com que ele invariavelmente se entregava à formação política e ideológica dos militantes” (19).

Este compromisso com o desenvolvimento cultural do povo como parte da luta mais ampla pela libertação informou seu trabalho educativo nas zonas libertadas. Freire escreve que também informou “a ternura que demonstrou quando, antes de entrar em batalha, visitou as crianças nas pequenas escolas, compartilhando seus jogos e tendo sempre a palavra certa a dizer-lhes. Ele as chamou de “as flores de nossa revolução””. (19).

A vitória antes da vitória

Apesar de Cabral ter sido assassinado antes da vitória, o destino final do colonialismo português já havia sido selado anos antes de sua morte, e ele sabia disso. Por exemplo, em um comunicado divulgado em 8 de janeiro de 1973, apenas 12 dias antes de ser assassinado, Cabral (1979) conclui que a situação na Guiné-Bissau “desde 1968... é comparável à de um Estado independente” (277). Cabral informa que após dezenas de observadores internacionais terem visitado a Guiné-Bissau, incluindo uma Missão Especial das Nações Unidas, a legitimidade internacional de sua luta liderada pelo PAIGC estava aumentando. Isso havia se tornado irrefutável:

“Vastas áreas foram libertadas do jugo colonial e uma nova vida política, administrativa, econômica, social e cultural

está se desenvolvendo nessas áreas, enquanto as forças patrióticas, apoiadas pela população, estão lutando com sucesso contra os colonialistas para completar a libertação do país”. (277)

Com este conhecimento Cabral, mais uma vez, denuncia “a obstinação criminosa do Governo de Lisboa, que intensifica sua guerra colonial genocida contra os legítimos direitos de nosso povo à autodeterminação, à independência e ao progresso” (277). Defendendo a formação de um novo Estado reconhecido internacionalmente, Cabral argumenta que o povo da Guiné-Bissau, através da liderança do PAIGC, já estava funcionando como tal:

“Embora nosso povo possua há anos instituições políticas, administrativas, judiciárias, militares, sociais e culturais – o que é um Estado – e seja livre e soberano sobre mais de dois terços do território nacional, eles não têm personalidade jurídica em nível internacional. Além disso, o funcionamento de tais instituições no âmbito da nova vida que se desenvolve nas áreas liberadas exige uma participação mais ampla do povo, através de seus representantes, não apenas no estudo e solução dos problemas do país e da luta, mas também no controle efetivo das atividades do partido que as lidera” (278).

Para começar a resolver esta contradição, em 1971 o Partido votou pela realização de eleições gerais nas áreas liberadas “para a constituição da primeira Assembleia Nacional Popular” na Guiné-Bissau. Após oito meses de debate, discussão e divulgação, as eleições foram realizadas com sucesso em 1972 em todas as zonas libertadas.

Vários meses após as eleições, Cabral (1979) emitiu outra declaração referindo-se à criação da Assembleia Nacional Popular como “uma vitória épica pela difícil, mas gloriosa luta de nosso povo pela independência” (288). Sublinhando como esta foi uma conquista coletiva de unidade e luta, Cabral ofereceu suas “calorosas felicitações ao nosso povo” (289).

Ele lembrou ao povo que “uma assembleia nacional, como qualquer órgão de qualquer organismo vivo, deve ser capaz de funcionar para justificar sua existência”. Por esta razão, temos uma tarefa maior a cumprir no âmbito de nossa luta” (289).

Cabral anunciou então que o PAIGC convocaria sua primeira Assembleia Nacional para formalizar sua constituição, proclamando assim ao mundo que eles existem e estão “irrevogavelmente determinados a marchar para a independência sem esperar pelo consentimento dos colonizadores portugueses” (289).

Sim, Cabral foi morto antes da expulsão final do colonialismo português, mas, em um sentido muito real, ele ainda abriu um novo Estado independente.

A educação decolonial de Freire e Cabral em uma Guiné-Bissau liberada

Como pedagogo da revolução, Basil Davidson (1979) refere-se a Cabral como “um educador supremo no sentido mais amplo da palavra” (x).

A importância da educação foi elevada a novas alturas pela liderança de Cabral e do PAIGC em todas as oportunidades. Portanto, fazia sentido que a Comissão de Educação da recém liberada Guiné-Bissau convidasse o principal especialista mundial em abordagens decoloniais da educação, Paulo Freire, para participar do desenvolvimento de seu sistema de educação.

Freire fez parte de uma equipe do Instituto de Ação Cultural do Departamento de Educação dentro do Conselho Mundial de Igrejas. Sua tarefa era ajudar a desarraigar o resíduo colonial que permaneceu como resultado de gerações de educação colonial destinada a desfrancizar o povo. Assim como o modelo capitalista de educação terá que ser substituído ou severamente refeito, o modelo colonial de educação teve que ser desmontado e reconstruído novamente.

“A educação colonial herdada teve como um de seus principais objetivos a desfrancização dos nacionais. Ela era discriminatória, medíocre e baseada no verbalismo. Não podia contribuir nada para a reconstrução nacional porque não foi constituída para este fim” (Freire 1978, 13).

O modelo colonial de educação foi concebido para fomentar um sentimento de inferioridade na juventude. A educação colonial com resultados pré-determinados procura dominar os alunos, tratando-os como se fossem objetos passivos. Parte deste processo era negar a história, a cultura e as línguas do povo. Da maneira mais cínica e perversa então a educação colonial enviou a mensagem de que a história dos colonizados realmente só começou “com a presença civilizadora dos colonizadores” (14).

Em preparação para sua visita, Freire e sua equipe estudaram os trabalhos de Cabral e aprenderam o máximo possível sobre o contexto. Refletindo sobre parte do que ele havia aprendido com Cabral, apesar de nunca tê-lo conhecido, Freire (2020) oferece o seguinte:

“Em Cabral, eu aprendi muitas coisas...Mas eu aprendi uma coisa que é uma necessidade para o educador progressista e para o educador revolucionário. Eu faço uma distinção entre os dois: Para mim, um educador progressista é aquele que trabalha dentro da sociedade burguesa de classe como a nossa, e cujo sonho vai além de apenas melhorar as escolas, o que precisa ser feito. E vai além porque o que eles sonham é a transformação radical de uma sociedade de classe burguesa em uma sociedade socialista. Para mim, este é um educador progressista. Enquanto que um educador revolucionário, a meu ver, é aquele que já se encontra situado em um nível muito mais avançado, tanto social como historicamente, dentro de uma sociedade em processo” (170).

Para Freire, Cabral era certamente um educador revolucionário avançado. Rejeitando a predeterminação e o dogmatismo, a

equipe de Freire não construiu planos ou programas de lições antes de vir para a Guiné-Bissau para serem impostos ao povo.

Ao chegar na Guiné-Bissau, Freire e seus colegas continuaram a ouvir e discutir o aprendizado do povo. Somente aprendendo sobre o trabalho educacional do governo revolucionário puderam avaliá-lo e fazer recomendações. A orientação decolonial, ou seja, não pode ser oferecida fora da realidade concreta do povo e de sua luta. Tal conhecimento não pode ser conhecido ou construído sem a participação ativa dos aprendizes como um coletivo.

Freire (1978) estava ciente de que a educação que estava sendo criada não poderia ser feita “mecanicamente”, mas deve ser informada pelo “plano para a sociedade a ser criada” (14). Embora Cabral tivesse sido assassinado, seus escritos e sua liderança ajudaram na criação de uma força com a clareza política necessária para combater a resistência emergente daqueles que ainda carregavam a velha ideologia.

Através de seu processo, líderes revolucionários encontrariam professores “capturados” pela velha ideologia que trabalhavam conscientemente para minar a nova prática decolonial. Outros, porém, também conscientes de que são capturados pela velha ideologia, no entanto, se esforçam para se libertar dela. O trabalho de Cabral sobre a necessidade da classe média, incluindo professores, de cometer suicídio de classe, foi instrutivo. A classe média tinha duas opções: trair a revolução ou cometer suicídio de classe. Esta escolha permanece verdadeira hoje, mesmo nos EUA.

O trabalho para um sistema de educação reconstituído já havia sido iniciado durante a guerra nas zonas libertadas. O desafio pós-independência era melhorar tudo o que havia sido realizado em áreas que haviam sido liberadas antes do fim das guerras. Nessas áreas liberadas, concluiu Freire (1978), os trabalhadores, organizados através do Partido, “tinham tomado a questão da educação em suas próprias mãos” e criado, “uma

escola de trabalho, intimamente ligada à produção e dedicada à educação política dos alunos” (17).

Descrevendo a educação nas zonas liberadas Freire diz que ela “não só expressou o clima de solidariedade induzido pela própria luta, mas também a aprofundou”. Encarnando a presença dramática da guerra, tanto buscou o passado autêntico do povo como se ofereceu por seu presente” (17).

Após a guerra, o governo revolucionário optou por não simplesmente fechar as escolas coloniais restantes enquanto um novo sistema estava sendo criado. Ao invés disso, eles “introduziram... algumas reformas fundamentais capazes de acelerar... a transformação radical” (20). Por exemplo, o currículo que estava saturado na ideologia colonialista foi substituído. Os estudantes, portanto, não mais aprenderiam história da perspectiva dos colonizadores. A história da luta de libertação contada pelos antigos colonizadores foi uma adição fundamental.

No entanto, uma educação revolucionária não se contenta em simplesmente substituir o conteúdo a ser consumido passivamente. Ao invés disso, os alunos devem ter a oportunidade de refletir criticamente sobre seu próprio processo de pensamento em relação às novas ideias. Para Freire, este é o caminho pelo qual os objetos passivos da doutrinação colonial começam a se tornar sujeitos ativos da descolonização.

A avaliação aqui não poderia ter sido mais significativa. O que estava potencialmente em jogo era o sucesso da revolução e a vida de milhões de pessoas. Esta é uma lição relevante para todos os revolucionários que devem avaliar continuamente seu trabalho, sempre se esforçando para melhorar. Desta forma, ficou claro para Freire que eles não devem expressar “euforia descontrolada diante do bom trabalho nem negatividade em relação a... erros” (27).

A partir de sua avaliação, Freire e sua equipe procuraram, “ver o que realmente estava acontecendo sob as condições materiais limitadas que sabíamos que existiam”. O objetivo claro era, portanto, “descobrir o que poderia ser feito melhor sob estas condições e, se isto não fosse possível, considerar formas de melhorar as próprias condições” (27).

O que Freire e sua equipe concluíram foi que “os alunos e trabalhadores estavam empenhados em um esforço que era preponderantemente criativo” (28) apesar dos muitos desafios e dos recursos materiais limitados. Ao mesmo tempo, eles caracterizaram “os erros mais óbvios” que observaram como resultado da “impaciência de alguns dos trabalhadores que os levaram a criar as palavras em vez de desafiar os alunos a fazê-lo por si mesmos” (28).

Desde a fundação, Cabral desempenhou um papel tão central na construção, e através deste processo de avaliação, o que era bom nas escolas foi melhorado, e o que estava em erro foi corrigido. Como pedagogo da revolução, Cabral “aprendeu” com o povo e “os ensinou na praxis revolucionária” (33).

Conclusão

O trabalho e a prática de Freire têm inspirado o que se tornou um movimento pedagógico crítico mundial. Cabral é uma influência centralmente importante, ainda que em sua maioria não reconhecida, deste movimento. A atenção à decolonialidade ocupa uma das arestas mais excitantes e relativamente recentes da educação crítica, o que exige um retorno mais profundo a Cabral.

Refletindo sobre as contribuições de Cabral à teoria e prática descolonial uma década após seu tempo na Guiné-Bissau, Freire (1985), como Cabral antes de sua morte, continuou a insistir que, “precisamos descolonizar a mente porque se não o fizermos, nosso pensamento estará em conflito com o novo contexto evoluindo da luta pela liberdade” (187).

No último livro preparado antes de sua morte, legendado *Cartas para Aqueles que Ousam Ensinar*, a influência de Cabral sobre Freire (1997) parece ter permanecido central, pois ele insistiu que “é importante lutar contra as tradições coloniais que trazemos conosco” (64).

Como o movimento socialista e anti-racista nos EUA continua a crescer em tamanho e sofisticação política, as lições educacionais da era das lutas socialistas anticoloniais também crescerão em relevância.

Referências

Cabral, A. (1965). Não diga mentiras, não reivindique vitórias fáceis.

Cabral, A. (1966). *A Arma da Teoria*.

Cabral, A. (1968a). O desenvolvimento da luta.

Cabral, A. (1968b). Problemas práticos e táticas.

Cabral, A. (1968c). Sobre a libertação dos soldados portugueses.

Cabral, A. (1979). *Unidade e luta: Discursos e escritos de Amílcar Cabral*. New York Monthly Review.

Davidson, B. Introdução. Em Amílcar Cabral (Au). *Unidade e luta: Discursos e escritos de Amílcar Cabral*, pp. ix-xvii. Nova York: Revisão Mensal.

Freire, P. (1978). *Pedagogia em processo: As cartas à Guiné-Bissau*. Nova Iorque: Continuum.

Freire, P. (1985). *A política de educação: Cultura, poder e libertação*. Londres: Bergin & Garvey.

Freire, P. (1997). *Os professores como trabalhadores culturais: Cartas para aqueles que ousam ensinar*. Boulder, CO: Westview.

Freire, P. (2020). Amílcar Cabral, lutador pela liberdade sul-africano: Pedagogo da revolução. Em Sheila Macrine (Ed.), *Critical Pedagogy in Uncertain Times: Esperança e Possibilidade*, pp. 159-181. Nova York: Palgrave.

Rodney, W. (1972/2018). *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Nova Iorque: Verso.